



**SERVIÇOS
FINANCEIROS**

**GMAC Administradora
de Consórcios Ltda.**
CNPJ nº 49.937.055/0001-11

Relatório da Administração

Senhores Cotistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, da GMAC Administradora de Consórcios Ltda., e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas

a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".
São Paulo, 23 de agosto de 2018

A Administração

Balanços Patrimoniais Levantados

EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2018	2017
Circulante		158.986	136.236
Disponibilidades	4	809	1.282
Títulos e valores mobiliários	5	124.853	113.781
Carteira própria		124.853	113.781
Outros créditos		33.324	21.173
Diversos	6	33.324	21.173
Realizável a longo prazo		523.830	491.900
Títulos e valores mobiliários	5	471.165	435.659
Carteira própria		471.165	435.659
Outros créditos		52.665	56.241
Diversos	6	52.665	56.241
TOTAL DO ATIVO		682.816	628.136

PASSIVO	Nota	2018	2017
Circulante		171.509	151.282
Outras obrigações		171.509	151.282
Fiscais e previdenciárias	9	15.788	5.345
Diversas	8	155.721	145.937
Exigível a longo prazo		13.615	12.988
Outras obrigações		13.615	12.988
Fiscais e previdenciárias	9	9.827	8.813
Diversas	8	3.788	4.175
Patrimônio líquido		497.692	463.866
Capital social	11	474.654	474.654
De domiciliados no país		474.654	474.654
Reservas de lucros		23.038	-
Prejuízos acumulados		-	(10.788)
TOTAL DO PASSIVO		682.816	628.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil quotas)

	Nota	1º Semestre/2018	2º Semestre/2017
Receitas da intermediação financeira		31.625	30.941
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	31.625	30.941
Resultado bruto da intermediação financeira		31.625	30.941
Outras receitas (despesas) operacionais		19.819	17.791
Receitas de prestação de serviços	12	87.080	85.470
Outras despesas administrativas	13	(52.427)	(51.951)
Despesas tributárias	16	(12.759)	(9.582)
Outras receitas operacionais	14	4.940	5.363
Outras despesas operacionais	15	(7.015)	(11.509)
Resultado operacional		51.444	48.732
Resultado não operacional		(184)	682
Resultado antes da tributação sobre o lucro		51.260	49.414
Imposto de renda e contribuição social		(17.434)	(16.283)
Provisão para imposto de renda	7b	(9.205)	(8.957)
Provisão para contribuição social	7b	(3.315)	(3.539)
Ativo fiscal diferido	7b	(4.914)	(3.787)
Lucro líquido do semestres/exercícios		33.826	33.131
Lucro líquido por lote de mil cotas - 474.654.195 (474.654.195 em 2016)	11	71,26	69,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	1º Semestre/2018	2º Semestre/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		18.770	22.369
Lucro ajustado		33.826	33.131
Lucro líquido		33.826	33.131
Ajustes ao lucro líquido		(15.056)	(10.762)
Provisões e obrigações legais	10b	(539)	5.005
Atualizações para depósito em garantia e impostos a compensar	14	(326)	(1.109)
Impostos diferidos e créditos tributários	7e	4.914	3.787
Provisões para imposto de renda e contribuição social	7b	12.520	12.496
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	(31.625)	(30.941)
Variações das contas de ativo e passivo operacional		(4.290)	(13.157)
(Aumento)/Redução de outros créditos		(1.062)	14.249
Aumento/(Redução) em outras obrigações		8.873	(15.532)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.101)	(11.874)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		14.480	9.212
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(14.953)	(9.083)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(14.953)	(9.083)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(14.953)	(9.083)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		(473)	129
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres		1.282	1.153
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres		809	1.282

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucro		Lucros(Prejuízos) acumulados	Total
	Legal	Outras		
Saldo em 30 de junho de 2017	474.654	-	(43.919)	430.735
Lucro líquido do semestre	-	-	33.131	33.131
Saldo em 31 de dezembro de 2017	474.654	-	(10.788)	463.866
Lucro líquido do semestre	-	-	33.826	33.826
Reserva legal	1.152	-	(1.152)	-
Reserva de lucros a ser destinada em assembleia geral ordinária (nota 11)	-	21.886	(21.886)	-
Saldo em 30 de junho de 2018	474.654	1.152	21.886	497.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcio

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

ATIVO	2018	2017
Circulante	1.266.044	1.280.048
Disponibilidades	3.600	5.120
Depósitos bancários	3.600	5.120
Aplicações financeiras (nota 5)	521.054	481.152
Outros créditos	741.390	793.776
Direitos com consorciados contemplados	741.390	793.776
Normais	727.537	778.598
Em atraso	13.853	15.178
COMPENSAÇÃO	3.540.461	3.578.311
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	54.467	54.073
Contribuições devidas ao grupo	1.936.302	1.969.603
Valor dos bens a contemplar	1.549.692	1.554.635
TOTAL DO ATIVO	4.806.505	4.858.359
PASSIVO	2018	2017
Circulante	1.266.044	1.280.048
Obrigações diversas	1.266.044	1.280.048
Obrigações com consorciados	390.188	413.077
Valores a repassar	1.442	4.499
Obrigações por contemplações a entregar	338.103	328.089
Obrigações com a Administradora	236	261
Recursos a devolver a consorciados	450.677	438.892
Recursos dos grupos	85.398	95.230
COMPENSAÇÃO	3.540.461	3.578.311
Recursos mensais a receber de consorciados	54.467	54.073
Obrigações do grupo por contribuição	1.936.302	1.969.603
Bens a contemplar - valor	1.549.692	1.554.635
TOTAL DO PASSIVO	4.806.505	4.858.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades dos Grupos de Consórcios

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Disponibilidades no início dos semestres	486.272	430.541
Depósitos bancários	5.120	2.249
Aplicações financeiras	481.152	428.292
(+) Recursos coletados	539.531	542.549
Contribuições para aquisição de bens	413.363	417.144
Taxa de administração	82.997	82.199
Contribuições ao fundo de reserva	16.057	13.598
Rendimento de aplicações financeiras	12.528	14.909
Multas e juros moratórios	3.703	3.626
Prêmios de seguro	6.416	6.621
Outros	4.467	4.452
(-) Recursos utilizados	501.149	486.817
Aquisição de bens	352.598	367.071
Taxa de administração	84.989	83.612
Multas e juros moratórios	1.856	1.808
Prêmios de seguro	6.714	6.819
Devolução a consorciados desligados	22.491	12.748
Outros	32.501	14.759
Disponibilidades no fim dos exercícios/semestres	524.654	486.272
Depósitos bancários	3.600	5.120
Aplicações financeiras (nota 5)	521.054	481.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →



**SERVIÇOS
FINANCEIROS**

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ nº 49.937.055/0001-11

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora") tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcios consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, normas contabilizadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF, lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 23 de agosto de 2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

3.1. Administradora

a) Resultado das operações

A taxa de administração paga pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receitas de prestação de serviços por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcios. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional - CMN são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias da data de aquisição, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeiras é o real.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores e aplicações em CDB contratadas com Banco GMAC S.A. (controladora) atualizadas com base nas taxas acordadas. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo

O ativo circulante e realizável em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos deve ser constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da administração, não houve indícios de perda por "impairment" no semestre findo em 30 de junho de 2018.

f) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis". g) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano (R\$120 mil ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

i) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.2. Grupos de consórcio

a) Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.

A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	2018	2017
Quantidade de grupos administrados	420	421
Quantidade de consorciados ativos	124.772	122.743
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	233.143	227.480
Quantidade de bens entregues no semestre	8.122	16.923
Quantidade de bens pendentes de entrega	7.261	7.303
Taxa de inadimplência	16,09%	16,76%

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	2018	2017
Disponibilidades	809	1.282

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora		Grupos	
	2018	2017	2018	2017
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs:				
Banco GMAC S.A. - CDB Pré-Fixado (a)	472.982	435.661	-	-
Cotas de fundos de investimento:				
Fundos de Investimentos DI (b)	123.036	113.779	-	-
BRAM Fundo de Investimento referenciado DI Federal II (c)	-	-	521.054	481.152
Total	<u>596.018</u>	<u>549.440</u>	<u>521.054</u>	<u>481.152</u>

a) São representados por Certificados de Depósitos Bancários, classificados como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até julho de 2020, sujeitos a atualizações financeiras pré-fixados, variáveis entre 6,35% (aplicação pactuada em Abril 18) e 14,49% (aplicação pactuada em maio 2016). O resultado de Certificados de Depósitos Bancários foi de R\$ 28.457 (R\$27.186 em 2017), conforme nota 17 d.

b) São representados por aplicações em Fundo de Investimento DI não exclusivo, classificadas como mantidas até o vencimento. O resultado do Fundo de Investimento DI foi de R\$3.166 (R\$3.754 em 2017).

c) São representados por aplicações em Fundo de Investimento não exclusivo, classificadas como disponíveis para venda, sendo utilizado o valor da cota do fundo na data do balanço. O saldo inclui aplicações vinculadas a contemplações no montante de R\$521.054 (R\$481.152 em 2017).

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	2018				2017			
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total
Administradora:								
Certificado de Depósito Bancário	-	1.817	471.165	472.982	-	2	435.659	435.661
Fundos de Investimentos DI	<u>123.036</u>	-	-	<u>123.036</u>	<u>113.779</u>	-	-	<u>113.779</u>
Total	123.036	1.817	471.165	596.018	113.779	2	435.659	549.440

	2018		2017	
	Sem vencimento	Total	Sem vencimento	Total
Grupos:				
BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II	<u>521.054</u>	<u>521.054</u>	<u>481.152</u>	<u>481.152</u>

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A conta "Outros créditos - diversos" possui a seguinte composição:

	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	11.764	1.251
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 7c)	60.323	65.147
Devedores por depósitos em garantia (nota 10b)	13.414	9.998
Outros (b)	<u>488</u>	<u>1.018</u>
Total	<u>85.989</u>	<u>77.414</u>
Ativo circulante	33.324	21.173
Realizável a longo prazo	52.665	56.241

a) Referem-se substancialmente a impostos de renda retidos na fonte sobre Títulos e Valores Mobiliários - CDB Pré-Fixado e imposto de renda e contribuição social a compensar do exercício corrente.

b) Refere-se substancialmente à recuperação junto aos agentes de consórcios de valores de comissões pagas pela venda de cotas de consórcio que foram posteriormente canceladas.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações dos semestres:

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	51.260	51.260	49.414	49.414
Alíquotas utilizadas para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Despesa de acordo com as alíquotas	<u>(12.815)</u>	<u>(4.613)</u>	<u>(12.354)</u>	<u>(4.447)</u>
Efeito de IRPJ e CSLL sobre adições/exclusões permanentes	-	-	-	-
(12.815)	(4.613)	(12.354)	(4.447)	
Outras adições/exclusões permanentes	(16)	(2)	(196)	(94)
Incentivo Projetos Culturais (i)	-	-	796	-
Adicional do imposto de renda	12	-	12	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no semestre	<u>(12.819)</u>	<u>(4.615)</u>	<u>(11.742)</u>	<u>(4.541)</u>
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(17.434)</u>	<u>(16.283)</u>		

(i) No semestre findo em 30 de junho de 2018 não houve incentivos fiscais, sendo que em 2017 houve o total de incentivos de R\$796, referente a doações a projetos culturais (PRONAC) R\$ 396, conforme Lei Rouanet (Lei 8.313, conforme art. 18º), R\$ 99 a doações ao fundo do esporte (Lei 11.438/2006 art.3º), R\$99 a doações ao FUNCAD (Lei 9.250/95 Art. 1º) e R\$99 a doações ao fundo do Idoso (Lei 9.250/95 Art. 1º) e R\$ 99 refere-se a doações a PRONON (Lei 12.715/12 art.4º).

b) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
IRPJ e CSLL correntes devidos no semestre	(9.205)	(3.315)	(8.957)	(3.539)
Constituição/realização de impostos diferidos:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(3.950)	(1.421)	(4.213)	(1.516)
Provisões para riscos fiscais	417	150	1.333	480
Provisões para cíveis e trabalhistas	(166)	(60)	(57)	(21)
Provisões para comissões	597	215	359	129
Outras adições temporárias	(446)	(160)	(181)	(65)
Constituição/realização de passivo fiscal diferido:				
Correção de depósitos judiciais	(66)	(24)	(26)	(9)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no semestre	<u>(12.819)</u>	<u>(4.615)</u>	<u>(11.742)</u>	<u>(4.541)</u>
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(17.434)</u>	<u>(16.283)</u>		

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo fiscal e base negativa	33.920	12.261	42.083	15.298
Adições temporárias:				
Provisões para riscos fiscais (nota 10)	2.457	884	707	254
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas (nota 10)	1.246	449	1.469	529
Provisões para comissões (nota 8)	6.683	2.406	6.086	2.191
Outros	12	5	281	101
Total do crédito tributário	<u>60.323</u>	<u>18.106</u>	<u>68.899</u>	<u>23.773</u>

d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2018:

Ano	IRPJ		CSLL		Valor contábil Total	Valor presente*
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa		
2018	6.915	2.835	2.489	1.021	13.260	11.669
2019	1.046	7.631	377	2.747	11.801	9.589
2020	250	7.344	90	2.644	10.328	7.541
2021	247	7.740	89	2.786	10.862	7.066
2022	<u>1.939</u>	<u>8.370</u>	<u>698</u>	<u>3.063</u>	<u>14.070</u>	<u>8.093</u>
Total	<u>10.397</u>	<u>33.920</u>	<u>3.743</u>	<u>12.261</u>	<u>60.321</u>	<u>43.958</u>

(*) O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$ 43.958 em 30 de junho de 2018.

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado trimestral que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros.

continua



**SERVIÇOS
FINANCEIROS**

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ nº 49.937.055/0001-11

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

	31/12/2017	Constituições (Realizações) Líquidas	30/06/2018
Créditos tributários:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para riscos fiscais	2.774	567	3.341
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	1.920	(225)	1.695
Provisões para comissões	8.765	324	9.089
Outras adições temporárias	136	(119)	17
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	13.595	547	14.142
Créditos de prejuízo fiscal	37.870	(3.950)	33.920
Créditos de base negativa de contribuição social	13.682	(1.421)	12.261
Total de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas	51.552	(5.371)	46.181
Total de créditos tributários (nota 6)	65.147	(4.824)	60.323
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Atualizações de depósitos judiciais	(671)	(89)	(760)
Total das obrigações fiscais diferidas s/diferenças temporárias (nota 9)	(671)	(89)	(760)
Líquido	64.476	(4.913)	59.563

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Composição das outras obrigações diversas:

	2018	2017
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados (a)	99.482	90.582
Provisões de valores a devolver a consorciados (b)	23.507	22.929
Provisões para comissões sobre vendas de cotas de consórcio	26.732	26.129
Provisões para riscos cíveis (nota 10a)	2.999	3.408
Provisões para riscos trabalhistas (nota 10a)	1.984	2.239
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 17d)	1.131	1.188
Outros	3.674	3.637
Total	159.509	150.112
Passivo circulante	155.721	145.937
Exigível a longo prazo	3.788	4.175

(a) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo respectivo rendimento da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II. Do total de recursos não procurados, apenas R\$29.661 (R\$22.622 em 2017) são passíveis de incidências da taxa de administração conforme prevista na Circular 3.432/09. Os demais valores não sofrem tal dedução.

(b) Referem-se à obrigação com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 a junho de 2005, antes da edição da Circular 2.766/99, que por determinação do BACEN foram provisionados e aguardam informações dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Composição de outras obrigações fiscais e previdenciárias em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	2018	2017
Provisões para impostos sobre o lucro - correntes - IRPJ	12.520	3.592
Provisões para riscos fiscais (nota 10a)	9.827	8.160
Provisões para passivo fiscal diferido sobre atualizações monetárias dos depósitos judiciais (a) (nota 7e)	760	671
Impostos e contribuições a recolher (b)	2.508	1.735
Total	25.615	14.158
Passivo circulante	15.788	5.345
Exigível a longo prazo	9.827	8.813

(a) Referem-se à constituição do passivo fiscal diferido sobre a receita de atualização monetária dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo.

(b) Referem-se aos impostos sobre faturamento (PIS, COFINS e ISS) no montante de R\$2.385 (R\$1.616 em 2017) e tributos retidos na fonte sobre contratação de serviços R\$123 (R\$119 em 2017).

10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Composição das provisões de riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	2018	2017
Provisões para riscos fiscais (nota 9)	9.827	8.160
Provisões para riscos cíveis (nota 8)	2.999	3.408
Provisões para riscos trabalhistas (nota 8)	1.984	2.239
Total	14.810	13.807

(b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.160	2.239	3.408	13.807
Constituição/(Reversão) líquida do semestre (nota 15)	1.667	(700)	(1.424)	(457)
Pagamentos	-	445	1.015	1.460
Saldo em 30 de junho de 2018	9.827	1.984	2.999	14.810
Depósitos em garantia (nota 6)	9.846	1.126	2.442	13.414

Resumo dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	2018		2017	
	Quantidade de processos	Montante em R\$ mil	Quantidade de processos	Montante em R\$ mil
Trabalhistas	15	1.507	58	2.767
Cíveis	238	2.053	212	1.517
Fiscais	9	2.080	9	2.293
Total	262	5.640	279	6.577

Obrigações legais

Referem-se basicamente às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS - Mandado de Segurança visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC 7/70 (PIS-Repique), ou, subsidiariamente, da Lei nº 9.715/98 (PIS-Faturamento), no montante de R\$ 2.878 até a data da publicação.

- Mandado de Segurança visando afastar a cobrança de ISS sobre a sua atividade de administração de consórcio pela Municipalidade de São Paulo, enquanto não promulgada a alteração na Lei Municipal que dispõe sobre este tributo, que permita ao Município cobrar o imposto sobre a parcela dos tomadores localizados em seu território, após a alteração da Lei Complementar 116/03 pela Lei Complementar 157/16, no montante de R\$ 5.282 até a data da publicação.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 474.654.195 cotas sem valor nominal, no montante de R\$ 474.654 em 30 de junho de 2018 (474.654.195 cotas sem valor nominal, no montante de R\$474.654 em 31 de dezembro de 2017).

Conforme previsto no contrato social, aos cotistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei.

Apesar do fato da Administradora ter auferido lucro líquido de R\$33.826 no semestre findo em 30 de junho de 2018 (R\$33.131 em 2017), a destinação dos lucros será definida em assembleia geral ordinária conforme contrato social.

12. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços referem-se à taxa de administração paga mensalmente pelos consorciados, no montante de:

	2018	2017
Receitas de prestação de serviços	87.080	85.470

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de rateio com folha de pagamento (a) (nota 17d)	6.203	5.751
Comissões pagas às concessionárias por venda de cotas de consórcio	37.947	38.011
Serviços técnicos especializados	2.827	3.477
Sistema de comunicação	841	762
Sistema de processamento de dados	655	750
Despesas com serviços do sistema financeiro	1.150	1.117
Despesas com propaganda e publicidade	658	1.288
Outras	2.146	1.955
Total	52.427	51.951

a)

Refere-se a reembolso de despesa com folha de pagamento realizada para o Banco GMAC S.A.

14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Atualização monetária de impostos a compensar e depósitos judiciais	326	1.109
Receita de multa e juros	1.881	1.801
Recuperação de despesas operacionais	1.458	1.740
Reversão de Contingências Cíveis e Trabalhistas	1.203	556
Outras (a)	72	157
Total	4.940	5.363

a) Referem-se substancialmente à recuperação de comissão sobre vendas de cotas de consórcio que estejam inadimplentes ou canceladas.

15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Variação monetária e juros passivos (a)	3.216	3.947
Atualização das provisões para riscos fiscais (nota 10b)	1.667	5.333
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas (nota 10b)	539	323
Pagamento de Indenizações Cíveis e Trabalhistas	1.542	759
Outras	51	1.147
Total	7.015	11.509

a) Referem-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pela variação da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II.

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2018	2017
ISS	3.018	-
PIS	1.677	1.650
COFINS	8.060	7.932
Outros	4	-
Total	12.759	9.582

17. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de abril, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMAC.

b) Benefícios de curto prazo

	2018	2017
Salários e Honorários da Diretoria Executiva:		
Remuneração fixa	126	125
Remuneração variável	107	-
Outros benefícios (Prêmios, Rescisões e Benefícios)	70	32
Total	303	157

c) Rescisão do contrato relacionados à Administração

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Transações com partes relacionadas

Os saldos nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são resumidos como segue:

	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)		
	2018	2017	2018	2017
Controladora:				
Banco GMAC S.A.:				
Títulos e valores mobiliários (nota 5a)	472.982	435.661	28.457	51.482
Outras obrigações - diversas (nota 8)	(1.131)	(1.188)	-	-
Outras despesas administrativas (nota 13)	-	-	(6.203)	(11.517)

18. GERENCIAMENTO DE RISCO

(a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado e as recomendações do Comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

(i) Risco de Crédito - consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos e excelência de processos como a responsável pela sua gestão, e a área de risco de crédito, subordinada a esta diretoria, como responsável por monitorar os indicadores de risco de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite de riscos adotados pela organização;

(ii) Risco Operacional - em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.380/06 e Circular BACEN nº 3.678/13, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos e excelência de processos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos, subordinada a esta diretoria, como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;

(iii) Risco de Mercado - em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.464/07, a área de Risco de Mercado atua de forma independente das áreas de negócios e é subordinada à diretoria de riscos e excelência de processos. Constantemente, a área de Risco de Mercado monitora e avalia o nível de exposição a risco das carteiras de instrumentos como Cálculo EVE (Economic Value of Equity), GAP Analysis, Backtesting e teste de estresse. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura e estratégia;

(iv) Risco de Liquidez - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.090/12, a área de Gerenciamento de risco de liquidez atua de forma independente das áreas de negócios e é subordinada à diretoria de riscos e excelência de processos. O Banco GMAC S.A. mantém um nível de liquidez adequado para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco. A área de Risco de Liquidez realiza o monitoramento e o controle independente, conforme os limites estabelecidos;

(v) De acordo com a Resolução do CMN nº 3.988/11, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo Sênior e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. Nossa estratégia é manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada pela Chevrolet Serviços Financeiros, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local (10,50%), e que ao mesmo tempo não seja excessivo, comprometendo os resultados do negócio.

(vi) Risco Socioambiental - A área de Controles Internos é responsável pela conformidade com a Resolução 4.557/17 do CMN, do Gerenciamento do Risco Socioambiental, que é realizado pela Chevrolet Serviços Financeiros de forma integrada aos demais riscos, e tem por objetivos identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações. Essa estrutura prevê, através deste documento, estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição a risco socioambiental em conformidade com os níveis fixados na RAS (Risk Appetite Statement).

A Diretoria

Contador

Alexandre Passos Alves - CRC 15P-297700/O-2

continua



**SERVIÇOS
FINANCEIROS**



**GMAC Administradora
de Consórcios Ltda.**
CNPJ nº 49.937.055/0001-11

☆ **continuação**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Cotistas e Administradores da

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 30 de junho de 2018 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nesta data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 30 de junho de 2018 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria em 23 de agosto de 2017, sem modificações.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2018



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Flavio Serpejante Peppe
Contador - CRC-1SP172167/O-6



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS